

Acordo Coletivo De Trabalho 2015/2016

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007443/2016

DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 17/02/2016 ÀS 12:51

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E MATERIAL ELETRICO DE CATALAO GOIAS, CNPJ n. 06.885.083/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBINO DE REZENDE JUNIOR;

E

ENGELEKTRO ELETRICA LTDA - ME, CNPJ n. 08.265.598/0001-52, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). GIANFRANCO PIERAZZO CHAVAGLIA DE ALMEIDA ;

ENGEMEK SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA - ME, CNPJ n. 18.997.251/0001-58, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). GIANFRANCO PIERAZZO CHAVAGLIA DE ALMEIDA ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELETRICO, com abrangência territorial em Catalão/GO.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO

Fica estabelecido um Piso Salarial para os trabalhadores da categoria, no valor equivalente a 01 (um) salário mínimo legal, acrescido de 20% (vinte por cento), após o término do contrato de experiência celebrado entre as partes.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

A EMPRESA concederá a todos os seus empregados, a partir de 1º de novembro de 2015, reajuste salarial de 10,33% (dez vírgula trinta e três por cento), incidentes sobre o salário vigente em 01 de Novembro de 2015.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTES

A EMPRESA deve fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento de salário, nos quais constem: o nome da EMPRESA e do empregado bem como a discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados.

§ Único - O pagamento do salário será efetuado dentro do horário de trabalho.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - DAS ANOTAÇÕES NA CTPS

A EMPRESA anotarà obrigatoriamente, nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS de seus empregados, todos os aumentos concedidos e a sua origem.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Prêmios

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

As empresas concederão aos empregados que preencherem as condições estabelecidas nos parágrafos desta cláusula, Prêmio mensal decorrente da ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do salário contratual, limitado seu valor a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

§ 1º - Para fazer jus ao Prêmio instituído nesta cláusula deverá o empregado cumprir integralmente sua jornada normal diária de trabalho em todos os dias úteis do mês de referência, não se tolerando atrasos e faltas, mesmo se justificadas por atestados médicos ou por lei, excetuadas as faltas referidas no parágrafo seguinte.

§ 2º - Não prejudicarão a percepção do Prêmio instituído nesta cláusula as faltas oriundas de casamento do empregado ou pela doação voluntária de sangue, esta devidamente comprovada pelo atestado da instituição coletora de sangue, aquela pela certidão estabelecida em lei, observados os limites estabelecidos no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3º - Para aferição do direito do empregado ao Prêmio ora estabelecido, as empresas deverão manter controle diário de frequência, mecânico ou manual, para registro da jornada de trabalho, presumindo-se na inexistência de tais controles, ser devido o Prêmio de Assiduidade e Pontualidade.

§ 4º - Ante a inabitualidade de seu pagamento, face a sujeição ao adimplemento de condições para sua concessão, o Prêmio de Assiduidade e Pontualidade em nenhuma hipótese se integrará ao salário contratual para qualquer fim, devendo ser pago em destaque na folha de pagamento, não se computando no cálculo de férias anuais, 13º salário, adicionais, horas extras, gratificações, outros prêmios pagos pelo empregador e verbas rescisórias.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA OITAVA - PLR

As empresas pagarão a título de PLR o valor de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) a todos os trabalhadores.

a) O pagamento será feito no dia 20 (vinte) de Janeiro de 2016.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Aos empregados, fica assegurado o Auxílio Alimentação no valor nominal de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por mês.

§ Único - O Auxílio Alimentação será creditado aos empregados em cartão magnético, por instituição definida pelas partes.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

A EMPRESA concederá aos seus empregados os vales transportes devidos, na forma da lei, ficando, porém, estabelecido que o desconto a ser suportado pelo empregado beneficiário não excederá a 4% (quatro por cento) do valor de seu salário básico, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

Caso a EMPRESA atinja 30 (trinta) ou mais empregados, pagará aos dependentes legais do empregado que vier a óbito, a título de auxílio funeral, a quantia equivalente a um salário mensal do trabalhador falecido, em parcela única, limitando-se o benefício ao valor máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

§ Único – Para recebimento do benefício previsto nesta cláusula, o interessado apresentará o atestado de óbito do empregado e comprovante emitido pelo INSS/GO pertinente ao benefício previdenciário em que figura como dependente do falecido, provando estar apto a receber verbas rescisórias e levantar depósitos do FGTS, ou documento emitido pelo juízo competente, reconhecendo-o como sucessor nos termos da legislação civil.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO DE VIDA

Caso a EMPRESA conte com mais de 10 (dez) empregados, é facultado a instituição de Seguro de Vida em Grupo em favor dos mesmos, podendo o valor de uma cota parte ser deduzido nos salários do empregado, desde que previamente autorizado, por escrito.
§ Único - A contribuição não recolhida pela EMPRESA com base nesta cláusula ficará por conta do empregado.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CAFÉ DA MANHÃ

As empresas fornecerão aos seus empregados, diariamente, café da manhã (pão com manteiga, café com leite ou leite com chocolate), ficando expresso que o valor correspondente não será considerado salário utilidade e não se integrará ao salário para quaisquer efeitos.

PARÁGRAFO ÚNICO ? Para os trabalhadores que prestem serviços externamente, bem assim naquelas empresas que a própria natureza de sua atividade se torna impossível oferecer o benefício conforme estipulado nesta Cláusula, poderá ser estipulada uma indenização pecuniária substitutiva, no valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por dia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONVÊNIO SESI

Caso a EMPRESA conte com mais de 20 (vinte) empregados, concederá aos seus empregados e dependentes legais, assistência médico-hospitalar, através de convênio com o SESI, UNIDADE DE CATALÃO, facultando-se o desconto nos salários da quota-parte pertinente ao empregado, desde que previamente autorizada e por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONVÊNIO SESI 1

É assegurado pela EMPRESA, a todo empregado que perceber até 02 (dois) salários mínimos, a sua inscrição e manutenção das mensalidades dos Clubes Integrados SESI / SENAI, UNIDADE DE CATALÃO, desde que o mesmo não tenha nenhuma falta ao serviço sem justificativa válida.

Empréstimos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Para os empregados da que contraírem empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, a EMPRESA deverá observar rigorosamente o disposto na Lei 10.820/03, com a nova redação dada pela Lei 10.952/04, observando, para tanto, o respectivo benefício para o trabalhador.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO IRRF

A EMPRESA se obriga a fornecer aos seus empregados, no ato de seu desligamento, Atestado de Afastamento e Salário, cópia da RAIS, bem como Declaração de Rendimentos para Imposto de Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho de empregado com mais de 06 (seis) meses de serviço, só será válido quando feito com a assistência do SINDICATO ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, independente dos motivos do rompimento do pacto laboral.

§ 1º - A quitação final com os trabalhadores dispensados injustamente ou a pedido, bem assim por outros motivos previstos em lei, deverá ser feita dentro dos prazos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 2º - Para homologação da rescisão contratual, a EMPRESA deverá apresentar ao SINDICATO o instrumento de quitação em, no mínimo 05 (cinco) vias.

§ 3º - O SINDICATO somente homologará as rescisões de contrato, mediante comprovação de quitação das contribuições previstas no Acordo.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA O INSS

A EMPRESA deverá preencher os formulários exigidos pelo INSS, para requerimento de benefícios previdenciários ou aposentadoria, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

A EMPRESA e o SINDICATO, que este subscrevem, se comprometem a promover conjuntamente cursos profissionalizantes, de qualificação e requalificação profissional para os trabalhadores da categoria, de acordo com a demanda da EMPRESA, através de convênios com instituições governamentais, do Sistema “S” ou afins, bem como por iniciativa própria das entidades em parceria.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ESTABILIDADE

O empregado vítima de acidente do trabalho terá assegurada a estabilidade provisória de acordo com a legislação vigente, estando abrangidos por essa garantia os acidentados no trabalho com contrato em vigor nesta data.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS PROMOÇÕES

Toda mudança de cargo ou função definida pela EMPRESA como promoção, será acompanhada de um aumento salarial correspondente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ALIMENTAÇÃO EM JORNADA EXTRAORDINÁRIA

Havendo necessidade de se prorrogar o horário de trabalho por mais de 02 (duas) horas, a EMPRESA fornecerá alimentação a seus empregados, gratuitamente, após o término do expediente normal, ficando estabelecido que não se contará o horário da alimentação como serviço extraordinário.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS COMPENSAÇÕES DE JORNADAS

A EMPRESA, a seu critério, poderá compensar as horas de trabalho antecipadamente, nas semanas que houver feriados no seu início ou final.

Parágrafo único – Acordam as partes que os trabalhadores que exercerem a função de motorista das empresas acordantes poderão usufruir de intervalo intrajornada superior a 02:00 horas diárias, devidamente registrado no cartão de ponto.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA 13X36 PORTEIROS E VIGIAS

A presente cláusula aplicar-se-á no âmbito das empresas acordantes, restringindo sua aplicabilidade às categorias profissionais de vigias e porteiros, com o objetivo de permitir o labor desses profissionais na jornada de trabalho 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, bem como dispõe acerca de algumas peculiaridades sobre a jornada de trabalho desses.

Parágrafo 1º - A jornada efetivamente laborada será de 11 (onze) horas, posto que haverá a concessão de uma hora de intervalo intrajornada para descanso e alimentação, registrado no controle de jornada da empresa acordante, salientando-se que esse deverá ser usufruído fora do posto de trabalho, ou seja, o profissional não poderá permanecer na portaria ou fazendo rondas no horário de seu intervalo.

Parágrafo 2º - Ressalta-se que a não concessão do intervalo para descanso e alimentação nos termos do parágrafo anterior implicará no pagamento do período correspondente, ou seja, 01 (uma) hora acrescida de 70% (setenta por cento), no dia em que ocorrer, nos termos do §4º do artigo 71 da CLT.

Parágrafo 3º - Nos dias em que a jornada de trabalho compreender o período noturno, deverão ser aplicadas as disposições previstas no artigo 73 e parágrafos, da CLT, assim como a súmula 60 do TST, entretanto o valor do adicional noturno será de 30%.

Parágrafo 4 – Em havendo labor em dias de feriados haverá a percepção de remuneração em dobro, ou seja, o trabalhador receberá o valor do dia trabalhado com adicional de 100%.

Parágrafo 5 - A jornada de trabalho se dará em 12 horas, sendo que as 36 (trinta e seis) horas seguintes às 12 (doze) horas trabalhadas serão destinadas ao descanso.

Parágrafo único – Desde já fica estabelecida, como de responsabilidade do empregador, a multa pecuniária equivalente a um salário contratual por descumprimento de quaisquer das disposições presentes nessa cláusula.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS ESTUDANTES

Fica assegurado aos empregados estudantes de 1º e 2º graus, dispensa de 02 (duas) horas do expediente normal, nos dias de provas. Os estudantes que prestarem concurso vestibular terão as horas correspondentes ao mesmo justificadas desde que comprovem com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FERIADO DE FINADOS

Será considerado feriado para os integrantes da categoria profissional o Dia de Finados (02 de novembro).

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO INÍCIO DAS FÉRIAS

O dia de início de fruição de férias individuais ou coletivas concedidas aos empregados não poderá coincidir com o domingo, feriado ou com dia já compensado no decorrer da semana trabalhada, nem com o dia destinado à folga daqueles que laboram mediante escala ou turnos de revezamento.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS UNIFORMES

Havendo por parte da EMPRESA a instituição do uso de uniformes de trabalho, ficará obrigada a fornecer duas unidades por ano, gratuitamente, e os empregados obrigados a usá-los, sob pena de a recusa caracterizar-se infração disciplinar punível na forma da lei.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA ELEIÇÃO DA CIPA – COMUNICAÇÃO AO SINDICATO

A EMPRESA deverá comunicar ao SINDICATO, através de ofício, a data da eleição e da posse dos membros da CIPA, bem como o período do mandato.

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO TREINAMENTO

No primeiro dia de trabalho do empregado, a EMPRESA fará o treinamento com equipamentos de proteção e dará conhecimento das áreas perigosas ou insalubres e informará os riscos dos eventuais agentes agressivos do seu posto de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO CURSO DE CIPA MINISTRADO PELO SINDICATO

O SINDICATO poderá realizar o curso para os membros da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da EMPRESA acordante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA SIPAT

A EMPRESA informará ao SINDICATO, com 30 (trinta) dias de antecedência, o programa e a data de realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).
§ Único - Durante a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), o SINDICATO poderá ministrar uma das palestras.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA SPAT METALÚRGICA

A EMPRESA deverá participar da SEMANA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ÁREA METALÚRGICA – SPAT/Metalúrgica, que se realizará na base territorial do SINDICATO, obedecendo a seguinte proporção:

- a) EMPRESA com até 20 empregados - 01 (um) participante;
- b) EMPRESA com 21 até 50 empregados - 02 (dois) participantes;
- c) EMPRESA com mais de 50 empregados - 03 (três) participantes.

§ Único - Fica estabelecida multa para a EMPRESA, caso ela não enviar seus representantes para

participarem da SEMANA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ÁREA METALÚRGICA -

SPAT/Metalúrgica, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por empregado que deixar de ser indicado, a

qual deverá ser recolhida na Tesouraria do SINDICATO, até 10 (dez) dias após o encerramento do evento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO RELATÓRIO

A EMPRESA enviará ao SINDICATO cópia do Relatório da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), até 30 (trinta) dias após sua realização.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DOS EXAMES OBRIGATÓRIOS

Os exames pré-admissionais e periódicos serão obrigatórios e exclusivamente por conta da EMPRESA.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DOS ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelo SINDICATO, independem de confirmação ou carimbo do INSS ou de outra instituição para terem a sua validade confirmada, sendo os dias justificados pela EMPRESA e pagos até o limite estabelecido em lei.

§ Único - Para os efeitos acima, ficam excluída a EMPRESA, caso ela possuir serviços médicos próprios, obedecidas as prescrições legais.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS MEDIDAS GERAIS

A EMPRESA adotará medidas de proteção de ordem coletiva, prioritariamente, em relação às condições de trabalho e segurança do trabalhador.

§ Único - O SINDICATO oficiará a EMPRESA, as queixas fundamentadas apresentadas por trabalhadores, em relação às condições de segurança do trabalho.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO ACIDENTE DO TRABALHO

No caso de acidente fatal, o SINDICATO deverá ser comunicado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,

a partir do conhecimento do fato pela EMPRESA.

§ Único - A EMPRESA fornecerá ao SINDICATO cópia da Comunicação de Acidentes do Trabalho –

CAT, quando solicitada, para fins estatísticos.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA SINDICALIZAÇÃO

Fica assegurado aos representantes do SINDICATO o direito de manterem contato com os empregados da EMPRESA acordante, em horário previamente acordado com a direção da EMPRESA,

a fim de intensificar a sindicalização, além da concessão de ampla liberdade de divulgação da presente convenção e de outros informativos de interesse da categoria.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA LICENÇA REMUNERADA

Fica estabelecido como licença remunerada o tempo em que os associados do SINDICATO, no máximo 02 (dois) por EMPRESA, forem convocados pela entidade profissional para participarem de congressos, seminários, convenções e encontros de natureza sindical, em número não superior a 10

(dez) dias por ano.

§ Único - Para gozar do benefício estipulado nesta cláusula, o empregado deverá comprovar a sua participação em tais eventos, com freqüência de no mínimo 80% (oitenta por cento).

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A EMPRESA concederá licença de meio-dia aos diretores do SINDICATO, quando convocados pela Presidência, uma vez por mês, para participarem das reuniões da diretoria, sem prejuízo da remuneração, inclusive do Prêmio de Assiduidade e Pontualidade e Auxílio Alimentação estabelecidos respectivamente nas cláusulas oitava e nona e seus parágrafos, desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA MENSALIDADE SOCIAL

A EMPRESA efetuará o desconto em folha de pagamento das contribuições sociais devidas por seus empregados ao SINDICATO, conforme estabelecido no Artigo 545 da CLT, repassando-as ao SINDICATO até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente àquele que gerou o crédito.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes se comprometem a rever as cláusulas de conteúdo econômico, caso haja alterações significativas na política econômica, com aumento dos índices de inflação, ou por provocação motivada da parte interessada por escrito.

Quaisquer dúvidas, controvérsias ou divergências suscitadas em torno das cláusulas ora convencionadas, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

O presente Acordo Coletivo de Trabalho é firmado sob a ótica da teoria da prevalência sobre a Convenção Coletiva de Trabalho e poderá sofrer alterações no todo ou em parte, em virtude da

Legislação Governamental.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA MULTA

Fica estipulada multa de 20% (vinte por cento) a ser aplicada à EMPRESA, caso venha a descumprir quaisquer das normas estabelecidas no presente Acordo, exceto quando se tratar dos descontos referentes à mensalidades sociais, em que a multa se limitará a 2% (dois por cento) do valor da contribuição.

§ 1º - A multa retro mencionada será aplicada sobre o montante da obrigação devidamente corrigida, com acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, até o efetivo cumprimento do dispositivo violado.

§ 2º - Quando a infringência referir-se às contribuições estabelecidas na cláusula 44ª e parágrafos, as penalidades incidirão sobre o montante das mesmas e reverterão em favor do SINDICATO Profissional. Em se tratando de outras cláusulas, a multa incidirá sobre o salário dos empregados atingidos pela inadimplência e em favor destes será revertida.

§ 3º - Em qualquer caso a infração somente se caracterizará para efeito de cobrança da multa, após aviso do SINDICATO à EMPRESA inadimplente, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, para cumprir a obrigação.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DAS DESPESAS

Fica estabelecido que a despesa com a confecção do presente Acordo Coletivo de Trabalho será rateada entre a EMPRESA e o SINDICATO convenientes em partes iguais, ou seja, 50% (cinquenta por cento) do valor da despesa para cada.

CARLOS ALBINO DE REZENDE JUNIOR
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E MATERIAL
ELETRICO DE CATALAO GOIAS

GIANFRANCO PIERAZZO CHAVAGLIA DE ALMEIDA
Diretor
ENGELEKTRO ELETRICA LTDA - ME

GIANFRANCO PIERAZZO CHAVAGLIA DE ALMEIDA
Diretor
ENGEMEK SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA - ME